Conflitos Sócio Ambientais e suas influências no Desenvolvimento Regional

Do município de Barcelos-AM

*Ds.C José Carlos Guimarães Junior,
Instituto Federal do Sul de Minas-Campi Passos,
profjc65@hotmail.com*

RESUMO

Conflitos sociais são presentes e estão intrínsecos as sociedades humanas, independente da conjuntura histórica e do lugar geográfico, nem sempre se mostram negativos e se tornam importantes para o crescimento e desenvolvimento das sociedades. No século XXI o conflito que se apresenta com maior evidência se relaciona ao uso e preservação, ou da conservação do meio ambiente, assim denominado de conflitos socioambientais, são relevantes por conter nas suas análises a discussão da sobrevivência dos seres humanos no planeta. A natureza faz parte dos interesses difusos, ou seja, cada indivíduo gostaria que os recursos naturais fossem preservados/conservados eternamente, no entanto, estas ações são raras de se perceber, pois são essenciais nas atividades socioeconômicas, aumentando a cominação sobre a natureza e o desprovimento de bens naturais se torna iminente. Neste contexto é imprescindível avaliar a possibilidade de inversão do processo e ponderar sobre a comunalização de alguns recursos naturais e as suas influências no desenvolvimento regional, e isto significa transformar os recursos naturais em bens, privatizados, postura que acentuará os conflitos relacionados ao meio ambiente. Assim e objetivando avaliar as teorias relacionadas aos conflitos envolvendo os recursos naturais na região do município de Barcelos-AM, foi realizada pesquisa bibliográfica sobre os principais conceitos aplicados a conflitos socioambientais. As diversas análises sobre esse tema devem levar em consideração as divisões geográficas do Brasil possui. Estas reflexões a respeito da equalização desses conflitos oferecem diversas soluções, desde a identificação, passando pelas orientações, analisando-se as limitações encontradas e as oportunidades que surgirão quando desses debates

Palavras-chave: Conflitos sócio ambientais, meio ambiente, recursos naturais, Barcelos-AM

INTRODUÇÃO

Os conflitos sócios ambientais são situações constantes e frequentes em uma realidade na maioria dos países e espelha uma realidade que devemos aprender a tratá-las de maneira a atender as demandas de todos os atores envolvidos no processo, respeitando os diversos contextos aos quais estão inseridos. A preservação do meio ambiente é uma preocupação latente em função das diversas evidências de processos de destruição; a relação equilibrada entre um desenvolvimento sustentável e a preservação dessas áreas é um desafio importante que se tem buscado ao longo das últimas décadas.

A partir de meados da década de 60, ocorreram grandes processos de devastação importantes em áreas de preservação ambiental, porém no decorrer dos anos seguintes através das ações mais eficazes das organizações sociais e dos entes públicos, tais como Ministério Público, Ibama dentre outros que são protagonistas dessas ações, deu-se início a uma nova fase de ações do Homem buscando uma maior e melhor relação com o meio ambiente. Dessa forma as análises das diversas situações apresentadas tornam-se ferramentas que dão suporte a um processo de tomada de decisão desses conflitos.

CARVALHO (2003) comenta que os modos de acesso aos bens ambientais e de seu uso, nos quais prevalecem os interesses privados, além de ocasionarem agressões ambientais, ferem seu caráter coletivo”. E assim surgem os conflitos sócio ambientais onde, de um lado posicionam-se empresários buscando um enriquecimento através da exploração de recursos naturais sem que as mínimas medidas de precauções no que se refere a preservação ambiental sejam tomadas e de outro lado comunidades ribeirinhas, grupos indígenas e demais atores que de alguma forma tem seu direito de acesso e uso das áreas de preservação ambiental retirado.

BARBANTI (2013) cita que “ a questão ambiental envolve políticas públicas e iniciativas privadas, ou seja, os conflitos ambientais não são apenas conflitos entre movimentos sociais ou entre grupos sociais estanques. As dinâmicas sociais, políticas e econômicas das relações que envolvem sociedade e natureza implicam num enfoque interdisciplinar. Uma única disciplina do conhecimento pode não ser suficiente para se analisar os conflitos relacionados à promoção de formas mais sustentáveis de desenvolvimento.

Em todo o país, verifica-se uma série de dificuldades na aplicação da legislação que protege as áreas de preservação ambiental, seja por fatores políticos ou por fatores técnicos, isso porque as ações fiscalizadoras e preventivas com um direcionamento da ocupação do solo por meio do planejamento territorial são muito tímidas e deixam muito a desejar. Após a consolidação da ocupação irregular nas áreas de preservação ambiental torna-se quase sempre inviável, tanto social quanto economicamente a sua desocupação, no entanto, em áreas não ocupadas ou em processo inicial de ocupação é possível que se providencie o cumprimento da lei.

Cabe destacar que a vontade política para evitar parcelamentos irregulares as áreas protegidas pela legislação ambiental é uma realidade distante, fato esse que não se aplica a atividade de extrativismo da piaçava, pois a fibra é coletada na floresta, em área pública (município), onde, tradicionalmente, não existe nenhum tipo de fiscalização no que se refere a exploração desse recurso natural.

A existência de interesses diversos em torno desse recurso natural, vem de décadas, onde pode-se identificar relato ainda do tempo do processo de exploração da Amazônia pelos espanhóis e portugueses, passando pelos jesuítas, onde a fibra da piaçava era utilizada para confeccionar cordas para os barcos que cruzavam o Rio Negro, não se pode negar a existência de conflitos, sendo assim devemos levar em consideração quando da sua análise à ligação existente entre a questão social e a questão ambiental, visto que estão intrinsecamente relacionadas, não podendo ser compreendidas separadamente.

Esse artigo tem como objetivo evidenciar, através da revisão conceitual de conflitos sócio ambientais, identificar as suas influências no processo de desenvolvimento regional, com foco no extrativismo da piaçava nesse município.

Revisão conceitual sobre conflitos sócio ambientais

A destruição da natureza é tão antiga quanto a existência da humanidade no caso brasileiro, acontece desde o descobrimento do Brasil e sua colonização, tendo como fatores principais, o povoamento, a agricultura e a pecuária (PRADO JUNIOR, 1963). Segundo Acseirad (2004), todo conflito ambiental é necessariamente social, portanto, é socioambiental, pois envolve grupos, comunidades e instituições da sociedade.

Isto acontece em um contexto histórico onde predominam determinadas formas de produção, valores, interesses e visões sobre a maneira de agir e de se apropriar do território, com variadas significações quanto à utilização dos recursos e quanto à repartição de seus benefícios. Segundo o mesmo autor, os conflitos em torno do controle dos recursos naturais, quando o homem define um uso para determinado elemento da natureza, têm três dimensões.

A dimensão política está relacionada com a distribuição dos recursos; a dimensão social se refere a disputas sobre o acesso a recursos naturais; e a jurídica é a disputa formal pelo recurso. Soares (2010), cita que as disputas ambientais são situações confusas e dinâmicas que envolvem vários interesses numa rede intrínseca de relações, e podem se desenvolver em um contexto local, regional ou nacional.

À medida que os recursos naturais vão tornando-se escassos, os modelos de desenvolvimento existentes passaram a ser criticados, o que culminou, em 1987, com a definição de um novo paradigma: o desenvolvimento sustentável.

A partir desse momento, começa a haver uma maior conscientização da sociedade a respeito da existência de conflitos sócio ambientais, que, até então, não eram percebidos claramente (WCED, 1987).

Apesar da Legislação Brasileira, desde os tempos coloniais, preocupar-se com a proteção da natureza, especialmente no que se refere aos recursos pesqueiros e florestais, essa foi sempre uma preocupação setorial, em função de interesses econômicos imediatos, bastando lembrar que a exploração de madeira e de seus subprodutos, nos primeiros tempos, representava a base colonial e se constituía em monopólio da Coroa Portuguesa (INAGÊ, 2002).

O mesmo autor afirma que, mesmo depois da proclamação da independência, o espírito de exploração dos recursos naturais existentes manteve-se presente nas políticas públicas, protegendo interesses de setores ligados à Coroa Portuguesa que precisavam dos recursos naturais do Brasil.

Ao se falar em conflitos socioambientais, podem ser reconhecidas diferentes formas de interação sociedade e meio ambiente que são os alicerces de uma rede de relações e de interesses diversos, associados aos vários usos possíveis dos recursos ambientais, o que

abre caminho para que a própria dinâmica desses conflitos seja entendida como fator de construção do desenvolvimento sustentável, (CUNHA 1996; CAPRA 1994).

Para Scotto e Limoncic (1997), conflitos socioambientais são formas de conflitos sociais entre interesses individuais e coletivos, envolvendo a relação natureza-sociedade. Assim, travam-se, em torno de problemas sócio ambientais, confrontos entre atores sociais que defendem diferentes lógicas para a gestão dos bens coletivos de uso comum, seguindo lógicas próprias para cada um deles.

Ainda para os mesmos autores, a área de interesse desse processo depende, essencialmente, de alguma forma de entendimento, de acordos entre as partes, com vistas a definir, por exemplo, o que é público e o que é privado, o que pode ser feito individualmente e o que deve ser respeitado pela coletividade.

Citando como exemplo o desbravamento de novas fronteiras agrícolas já não é mais possível para a explorar os recursos necessários à acumulação de bens de consumo, portanto tais demandas levam alguns grupos econômicos, especialmente dos países desenvolvidos, buscam formas de gestão dos seus recursos disponíveis dentro de seus próprios territórios

No Brasil, ao longo das últimas décadas, ocorreram diversos conflitos ambientais resultantes de projeto e implantação de usinas hidrelétricas, manejo de bacias hidrográficas, exploração de petróleo, exploração de áreas de conservação ambiental, dentre outros (FRANÇA et al, 2003).

Os conflitos socioambientais são entendidos, tradicionalmente, como desentendimentos ou disputas pelo uso ou exploração dos recursos naturais e podem, então, ser considerados como decorrentes do choque de interesses entre o desenvolvimento econômico-social e a proteção ambiental. Assim, pode-se dizer que a tomada de consciência sobre a realidade dos conflitos socioambientais ocorreu a partir das discussões a respeito do desenvolvimento sustentável (WCED, 1987).

Segundo Nascimento e Drummond (2001), existem quatro elementos centrais que devem ser considerados quando se analisa um conflito: os atores que são os indivíduos, grupos, organizações ou Estados que têm identidade própria, um reconhecimento social e a capacidade de modificar seu contexto; - a natureza, onde os conflitos têm natureza diferente, devido a isso podem ser de natureza econômica, política, ambiental, doméstica,

internacional ou psíquica; os objetos, sempre escassos ou vistos como tais, podem ser material ou simbólico, profano ou sagrado, público ou privado, e assim por diante. - As dinâmicas; onde cada conflito de acordo com a sua natureza, tem uma história própria, uma forma de evoluir, conhecendo períodos mais ou menos intensos, mais ou menos rápido.

Conflitos socioambientais podem ser considerados favoráveis ao desenvolvimento sustentável, pois a sua existência demonstra que diferentes setores da sociedade, com visões diversificadas, estão se contrapondo por buscar a satisfação de suas necessidades e a garantia de sua qualidade de vida, estando está intimamente ligada à qualidade do meio ambiente (HIGHTON e ALVAREZ, 1999, p.25).

Segundo Capra (2004), na Conferência Rio/92 destacou-se que a resolução dos problemas socioambientais deveria acontecer de forma pacífica e, na Rio + 10, realizada em 2002, essa ideia foi complementada pela proposta de construção de uma sociedade humana equitativa e cuidadosa com as necessidades de todos.

De Mio et al. (2004) afirmam que grande parte dos problemas ambientais do planeta e da escassez dos recursos naturais é resultado do crescimento econômico, o qual desconsidera a interdependência que existe entre o meio ambiente e a sociedade.

Simon (2003) considera conflitos socioambientais as reações advindas de atores sociais a comportamentos que causam ou possam causar danos aos objetivos básicos da conservação da natureza. Tais comportamentos decorreriam das atividades antrópicas que afetam ou podem afetar o uso de um espaço protegido.

Conflitos socioambientais são definidos por Scotto & Limoncic (2001, p. 58) como aqueles “[...] que têm elementos da natureza como objeto e que expressam relações de tensão entre interesses coletivos e interesses privados. [...] Em geral, eles se dão pelo uso ou apropriação de espaços e recursos coletivos por agentes econômicos particulares, pondo em jogo interesses que disputam o controle dos recursos naturais e o uso do meio ambiente comum, sejam esses conflitos implícitos ou explícitos”.

Ao se tratar de conflitos sócio ambientais no nível internacional, o Relatório “Nosso Futuro Comum” (WCED 1987), aponta que esses conflitos são resultantes não apenas de ameaças políticas ou militares à soberania das nações, mas também da degradação ambiental e das opções de desenvolvimento desses países.

As nações tratadas como desenvolvidas têm lutado constantemente para assegurar ou resistir ao controle sobre matérias-primas, suprimento de energia, terra, bacias hidrográficas, mares, dentre outros recursos naturais, e os conflitos tendem a crescer a partir do momento em que esses recursos vão se tornando escassos e a competição pelos mesmos vai aumentando.

Os conflitos socioambientais, em sua maioria, estão ligados a um contexto mais amplo e têm a ver com a realidade social, econômica e política da região onde se desenvolvem (AGUILAR et al., 1999). Constituem um importante fenômeno que representa um barômetro das relações sócio econômicas existentes em torno do uso, acesso e aproveitamento dos recursos naturais.

GOMIDES (2001), caracteriza os conflitos socioambientais através da complexidade e Interdependência, onde envolve temas como distribuição de riquezas, expectativas de desenvolvimento regional, a descentralização política e com a participação dos atores das comunidades envolvidas no processo.

Os conflitos socioambientais, na sua maioria, estão ligados a um contexto mais amplo a ver com a realidade social, econômica e política da região onde se desenvolvem (AGUILAR et al., 1999). Constituem importante fenômeno que representa um barômetro das relações sócio econômicas existentes em torno do uso, acesso e aproveitamento dos recursos naturais.

Gomides (2001) *apud* Guimarães Junior (2005) identificam as seguintes características em conflitos sócio ambientais: Complexidade e Interdependência; Especificidade e caráter evolutivo; Transcendência a limites políticos e geográficos; Envolvimento de grandes quantidades de informações técnicas científicas; Vinculação a grandes riscos; Interesse Público; e Interesses não-representados (refere-se a determinados grupos excluídos dos conflitos)

A importância da resolução dos conflitos sócio econômicos e ambientais de maneira pacífica vem sendo buscada cada vez mais, reconhecida e a pesquisa é utilizada no sentido de tentar quantificar, medir e equilibrar o estado de coisas, porém essas relações necessitam serem mapeadas, de maneira que sejam melhor compreendidas e, com base nessa realidade buscar soluções para esses conflitos.

Dessa monta podemos afirmar que a problemática sócio ambiental referem-se a formas de conflitos sociais que ocorrem por interesses individuais e da coletividade com relação a natureza e a sociedade.

Little (2000), menciona que os conflitos socioambientais podem ter várias dimensões e características. Em alguns casos giram em torno do controle sobre determinados recursos naturais (minerais, ictiólogos, florestais, etc.). Em outros casos, o conflito pode emergir ou se gerar em função dos impactos (sociais ou ambientais) gerados pela ação humana, tais como contaminação dos rios e do ar, o desmatamento ou construção de grandes barragens. Além disso, segundo o mesmo autor, podem ocorrer conflitos socioambientais em torno de valores e modo de vida, envolvendo o uso da natureza cujo núcleo central reside no choque de valores ou ideologias, por isso a necessidade de focalizar as atenções em torno dos atores sociais e suas respectivas reivindicações.

Andrade (2000), cita variáveis para uma melhor compreensão do fenômeno de construção de mecanismos políticos-institucionais de coordenação e para isso faz-se necessários a identificação de alguns pressupostos básicos para identificação, análise e compreensão desses conflitos que assim:

Fase I: Contextualização das Situações-Problema sócio econômico e ambiental

1. Reconstituição histórica das situações-problema.
2. Identificação dos principais atores envolvidos.
3. Verificação da forma que cada ator percebe como problema.
4. Identificação dos elementos sociais, econômicos e ambientais, objetos do conflito, e seus diferentes modos de apropriação social.
5. Mapeamento dos interesses, expectativas e objetivos cristalizados em torno do conflito.

Fase II: Reconhecimento do espaço social construído e desdobramentos político-Institucionais

1. Identificação dos sistemas de regras de controle e modos de regulação privilegiados pelos atores.
2. Tradução das lógicas de ação e dos princípios de argumentação adotados pelos atores.
3. Verificação da evolução do nível e do tipo de organização decorrentes do conflito.
4. Reconstituição das diferentes redes Inter organizacionais de representação de interesses.

5. Reconhecimento dos objetos-chave utilizados por cada uma das redes como formas de ação e de confronto.

Fase III: Análise do Processo de Gestão das Situações-Problema Sócio econômicos e ambientais

1. Investigação da estrutura de correlação de forças, em jogo, através de políticas de aliança e barganha.
2. Construção das estratégias de ação dos atores para a gestão do conflito.
3. Verificação dos papéis dos atores no processo de mediação e regulação do conflito.
4. Busca da cooperação, entre as partes em conflito, através da negociação de acordos e compromissos.
5. Balanço entre conflito/cooperação dos acordos extraídos.

O conceito de complexidade mostra-se pela multiplicidade de interesses econômicos, de conservação, de desenvolvimento local, de defesa da qualidade de vida, do poder do Estado diante do uso dos recursos naturais envolvido no conflito. Assim sendo, a especificidade e o caráter são contínuos e evolutivos decorrentes de processos de desenvolvimento e das características do ambiente social que dos atores envolvidos.

A transcendência a limites políticos e geográficos envolve e as vezes ultrapassa os limites geográficos dos cenários de origem dos conflitos onde o envolvimento de grandes quantidades de informações técnicas e científicas medindo cada impacto ambiental em termos de análise de suas consequências reais e futuras bem como os custos e os benefícios que representam para os atores sociais requerem uma grande quantidade de recursos técnicos, científicos e econômicos. Outra característica a que se refere os conflitos é a vinculação a grandes riscos, sejam naturais, desastres ou extinção de algumas espécies além dos riscos sociais logicamente, onde interesse público através do Estado deve estar inserido em toda a análise desses conflitos onde os interesses não representados, população ribeirinha e demais comunidades.

Feyrerabendi-Borrini (1996), caracteriza como atores como coletivos e não homogêneos como um grupo organizado, que representa uma grande quantidade de indivíduos com interesses diferenciados. Ainda assim as diferenças nos níveis de conhecimento onde existe uma diferença significativa nos níveis de conhecimento dos atores e na forma de trabalhar as informações. A diferença de recursos e poder é uma das

características mais marcantes dos conflitos é a diferença de poder que existe entre os grupos e atores envolvidos. Os aspectos culturais de cada grupo possuem diferentes formas culturais e valores para se relacionar ou como usar os recursos naturais. A representatividade é uma problemática que se refere à legalidade dos interesses dos atores envolvidos nos conflitos.

Para a resolução desses conflitos, Capra (1994), comenta da importância da resolução pacífica de conflitos socioambientais vem sendo cada vez mais, reconhecida e a pesquisa tradicional tem tentado quantificar, medir e pesar as coisas, porém, as relações não podem ser quantificadas; elas precisam ser mapeadas.

Scott (2001) afirmam que o desafio, na área de pesquisa a respeito da resolução dos conflitos ambientais, é identificar critérios que permitam soluções razoáveis, como base para a construção do consenso e do acordo.

METODOLOGIA

O desenvolvimento do curso metodológico utilizado com fins de atingimento do objetivo oferecido em revisar o conceito de conflitos sócio ambientais e as suas influências no desenvolvimento regional, baseou-se nas principais teorias de conflitos sócio ambientais, providenciando o uso da pesquisa qualitativa do tipo descritiva e explicativa com a finalidade de estudar diversas abordagens de um mesmo assunto (VERGARA, 1999).

Assim, buscou-se descrever o estado da arte através dos conceitos de conflitos sócio ambientais e Desenvolvimento Regional na Amazônica.

No que refere ao tipo de pesquisa, trata de uma pesquisa bibliográfica e documental, uma vez que sua análise parte de artigos, Teses e materiais já publicados e disponíveis através de livros, artigos, teses, documentos dentre outros, considerados fontes relevantes e determinantes para a construção da fundamentação teórica de todo este estudo.

RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos conceitos citados e comentados podemos evidenciar que em um conflito sócio ambiental os atores precisam desenvolver sensibilidades no sentido de perceberem a importância da busca de mediação equilibrada e positiva para que esses processos conflitantes alcancem a harmonia, atendendo a vontade e necessidade das partes envolvidas no processo.

Os conflitos sócios ambientais, em regra, são associados a desordens, seja pelas informações obtidas quanto nos problemas identificados e os níveis análises que essas informações são descritas e como que elas serão tratadas de maneira a equacionar os problemas identificados.

Assim sendo, algumas orientações são importantes para que esse processo seja coberto de êxito, são elas: iniciar, implementar e facilitar o processo de aprendizagem social envolvendo os agentes, buscando o desenvolvimento e o aprimoramento da capacidade de aprimoramento das suas discussões em prol do bom entendimento da situação encontrada colaborando dessa forma no manejo colaborativo dessas situações e suas consequências e ainda, gerando informações, sensibilização e a produção de resultados positivos em todo o processo de conflito.

Desenvolver e aprofundar a identificação e o conhecimento da (s) origem (s) do (s) conflito (s) buscando sempre a apresentação de um estudo, onde todas as partes envolvidas agregando-se os diversos órgãos públicos que são partes integrantes nessas ações, promovendo dessa forma uma dinâmica social e ambiental que possam oferecer referências para outros conflitos que por ventura venham a surgir.

Em todo o conflito existe a geração de espaços que facilitarão novas relações, que na sua maioria das vezes é positiva, mesmo porque servirão de base para os estudos de novos conflitos e as suas soluções.

Finalmente cabe destacar que conflitos não são necessariamente negativos, devem ser tratados de maneira que estabeleçam situações para a resolução dos diversos eventos que surjam.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais**. In: _____, Henri **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume/Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

AGUILAR, Alejandra; PANIAGUA, Franklin; GARITA, Ana. **Conflictos socio ambientales en América Latina: una visión desde la red mesoamericana de manejo de conflictos socio ambientales**. I Reunión del Directivo del Programa Conflicto y Colaboración en el Manejo de Recursos Naturales: programa de pequeños fondos para investigación en América Latina, 1999, San José. **Documento para discusión**. San José: Universidad para la Paz, 25 y 25 de noviembre de 1999.

CAPRA, Fritjof. **Sabedoria Incomum**. São Paulo: Cultrix, 1994.

_____. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix/Amana-Key, 2004.

BORRINI-FEYERABEND, G. (1996): **Collaborative management of protected areas: Tailoring the approach to the context**. - Gland, Switzerland (IUCN) 67p.

GOMIDES, Eduardo. ***Participação social e conflitos socioambientais na formulação de uma Agenda 21 para o município de Catalão-GO***. 2001. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão Ambiental) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2001.

HIGHTON, Elena I.; ALVAREZ, Gladys S. **Mediación para resolver conflictos**. Buenos Aires: Ad Hoc, 1999.

SOARES, Samira Iasbeck de Oliveira. **Mediação de conflitos ambientais: um novo caminho para a governança da água no Brasil?** Curitiba: Juruá, 2010

SCOTTO, G. **As (difusas) fronteiras entre a política e o mercado: um estudo antropológico sobre marketing político, seus agentes, práticas e representações**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2001. 205 p.

WCED - WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our Common Future**, 1987. Report